

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.182 - SP (2018/0315767-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : GISLAINE APARECIDA SCARAZATI TOZZI
AGRAVANTE : RENATO ANTONIO MONTEIRO TOZZI
ADVOGADOS : ANDRÉ FERREIRA ZOCCOLI - SP131015
GIL ALVAREZ NETO - SP223398
JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA LOPES - SP333043
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518
VANESSA PAIOLA SIERRA - SP382921
SARA AVELINO DE ALMEIDA - SP413320

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. FUNDAMENTAÇÃO DO JULGADO. ADEQUAÇÃO. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

BANCO DO BRASIL S.A. (BANCO) ajuizou ação de cobrança contra GISLAINE APARECIDA SCARAZATI TOZZI e outro (GISLAINE e outro), em fase de cumprimento de sentença, em face do qual estes opuseram exceção de pré-executividade, alegando nulidade devido à ausência de intimação para cumprimento da sentença, bem como prescrição intercorrente, e requerendo o desbloqueio de valores.

O Juízo de piso rejeitou a alegada prescrição intercorrente e indeferiu o requerimento de desbloqueio de valores formulado por GISLAINE e outro (e-STJ, fls. 14/15).

Interposto agravo de instrumento por GISLAINE e outro, o Tribunal de origem negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 401):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - ALEGAÇÃO DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO E DE OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE - AFASTAMENTO.

Inexiste nulidade dos atos processuais fundada em ausência de intimação dos excipientes da sentença condenatória, pois

*devidamente citados (fl. 126 vº), não constituíram Procurador. E conforme dispunha o art. 322, caput, combinado com o art. 598, ambos do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época, nessas hipóteses os prazos corriam independentemente de intimação. Pelos mesmos motivos, não há nulidade dos atos processuais em razão da não intimação do cumprimento da sentença, observando-se que os excipientes constituíram Procurador após o pedido de cumprimento de sentença, isto é, ao tempo da interposição da exceção de pré-executividade, em seguida ao bloqueio de valores de suas contas corrente. Não há quaisquer vícios na petição que requereu o cumprimento da sentença. Uma vez que intimado, o excepto providenciou sua regularização, apresentando a memória de cálculo atualizada, conforme exigência legal (fls. 210 e 212). Deve ser mantido o indeferimento, ainda, do pedido de declaração de prescrição intercorrente. Apesar da inércia do excepto pelo período de 12.08.2005 a 31.01.2013 (fls. 162 e 165), este não foi intimado para dar andamento ao feito, requisito indispensável ao início da contagem do prazo prescricional, nos termos fixados pelo Superior Tribunal de Justiça. ART. 252, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Em consonância com o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inc. LXXVIII, da Carta da República, é de rigor a ratificação dos fundamentos da decisão recorrida. Precedentes deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. **DECISÃO MANTIDA RECURSO IMPROVIDO.***

Inconformada, GISLAINE e outro interpuseram recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, §1º, IV, V, do NCPC, 475-B, 475-N, 614, II, do CPC/73 e divergência jurisprudencial, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissivo e deficientemente fundamentado; (2) o BANCO não requereu o cumprimento de sentença nem juntou demonstrativo de débito; (3) é imprescindível a intimação pessoal do devedor para cumprimento de sentença; e (4) deu-se a prescrição intercorrente, haja vista ter sido o BANCO intimado para dar andamento ao feito.

BANCO ofereceu contrarrazões (e-STJ, fls. 463/476).

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre ante a adequada fundamentação do julgado, a ausência de demonstração de ofensa a lei federal, a incidência da Súmula nº 7 do STJ e a inexistência de similitude entre os julgados. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 508/521).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da fundamentação do julgado

No caso, o acórdão recorrido não apresenta o vício de fundamentação, tendo GISLAINE e outro apenas manifestado o inconformismo quanto ao entendimento delineado no acórdão embargado, que afirmou inexistente intimação para dar andamento ao processo.

Dessa forma, não houve a fundamentação deficiente aduzida, pois as questões submetidas ao Tribunal de Justiça local foram fundamentadamente examinadas, inexistindo os vícios do art. 489, §1º, do NCPC.

(2) e (3) Do requerimento e da intimação para cumprimento de sentença

O Tribunal de origem manteve o entendimento da decisão do Relator de que, após requerido o cumprimento pelo credor, este foi intimado para juntar o demonstrativo de débito, o que foi atendido, nos seguintes termos:

“Não há quaisquer vícios na petição que requereu o cumprimento da sentença. Uma vez que intimado, o excepto providenciou sua regularização, apresentando a memória de cálculo atualizada, conforme exigência legal (fls. 210 e 212)” (e-STJ, fl. 404).

De outro turno, quanto à intimação para cumprimento de sentença, a Corte local manteve a conclusão de que a ausência de constituição de advogado no curso do processo tornava aquela dispensável, visto que o processo correria independentemente de intimação, nos termos dos arts. 322 c/c 598 do CPC/73. Veja-se:

“Inexiste nulidade dos atos processuais fundada em ausência de intimação dos excipientes da sentença condenatória, pois devidamente citados (fl. 126 vº), não constituíram Procurador. E conforme dispunha o art. 322, caput, combinado com o art. 598, ambos do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época, nessas hipóteses os prazos corriam independentemente de intimação.

Pelos mesmos motivos, não há nulidade dos atos processuais em razão da não intimação do cumprimento da sentença, observando-se que os excipientes constituíram Procurador após o pedido de cumprimento de sentença, isto é, ao tempo da interposição da exceção de pré-executividade, em seguida ao bloqueio de valores de suas contas corrente” (e-STJ, fl. 404 – sem destaque no original).

Verifica-se que os fundamentos acima destacados não foram impugnados de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

(3) e (4) Da divergência jurisprudencial

GISLAINE e outro sustentaram a existência de divergência pretoriana no tocante à necessidade de intimação do devedor para cumprimento da sentença.

Além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário que o recorrente proceda ao cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo.

Da análise do recurso interposto, é possível verificar que a GISLAINE e outro não cumpriram, efetivamente, essa tarefa, pois não demonstraram a exata similitude fática.

No caso, o acórdão impugnado entendeu que não se fazia necessária a intimação, tendo em vista que GISLAINE e outro não haviam constituído advogado, pelo que o processo correria independentemente de intimação, ao passo que o acórdão trazido para confronto concluiu pela necessidade de intimação do advogado sem que estivesse presente a peculiaridade citada.

GISLAINE e outro também defenderam divergência jurisprudência a respeito da existência de prescrição intercorrente.

Ocorre que o acórdão paradigma considerava necessária a intimação do credor para dar andamento ao processo, premissa considerada ausente pelo acórdão ora impugnado.

Dessa forma, GISLAINE e outros não conseguiram se desincumbir de demonstrar as divergências jurisprudenciais no tocante a suas alegações, ante a evidente falta de similitude fática.

A propósito, vejamos os acórdãos:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ADIANTAMENTO POR CONTRATO DE CÂMBIO. NATUREZA EXTRACONCURSAL. EFEITOS. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUJEIÇÃO. AUSÊNCIA. AÇÃO EXECUTIVA. PROSEGUIMENTO. SÚMULA Nº 568/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

[...]

3. Nos termos dos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, inviável o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional quando não demonstrada, como no caso em apreço, a similitude fática entre as hipóteses confrontadas, inviabilizando a análise da divergência de interpretação da lei federal invocada.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.215.891/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 17/9/2018, DJe 21/9/2018 - sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO — CONSUMATIVA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. MÚTUO BANCÁRIO. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. PRAZO PRESCRICIONAL. TERMO INICIAL. DATA DE VENCIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA.

AUSÊNCIA.

[...]

5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.520.970/PE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 28/8/2018, DJe 10/9/2018 - sem destaque no original)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator

